

Nota pública conjunta

Frente Parlamentar Mista em Defesa da Reforma Urbana e dos Movimentos de Luta por Moradia

Frente Parlamentar Mista em Defesa da Democracia e dos Direitos Humanos com Participação Popular

Pela Suspensão dos Despejos Durante a Pandemia do Coronavírus

A Frente Parlamentar Mista em Defesa da Reforma Urbana e dos Movimentos de Luta por Moradia, a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Democracia e dos Direitos Humanos com Participação Popular e a Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM), formadas por diversos parlamentares juntamente com Movimentos Sociais e Organizações da Sociedade Civil, defendem a suspensão do cumprimento de medidas judiciais, extrajudiciais ou administrativas que resultem em despejos, desocupações, reintegração de posse ou remoções durante o estado de calamidade pública decretado por causa da Covid-19.

É dever do poder público tomar medidas de excepcionalidade voltada a diminuir o impacto social causado pela crise sanitária que atravessa o país. Enquanto a Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda o máximo de isolamento social, as três esferas do Estado ainda não se sensibilizaram para as milhares de famílias que poderão ficar sem teto em meio a essa grave crise. O déficit habitacional no Brasil está em 7,8 milhões de domicílios (MDR, 2017), já a população em situação de rua, de acordo com o IPEA em 2016, estava em 101.854 pessoas.

Para os povos do campo, que também enfrentam situação de vulnerabilidade diante da pandemia da Covid-19, as reintegrações de posse, remoções e despejos agravam ainda mais essa situação, tornando os alvos diretos da violência do Estado. A Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq) por meio de sua assessoria jurídica e seus coordenadores/as nos Estado vem acompanhando mais de 15 ações de reintegração de posse movidas contra quilombolas em suas terras reconhecidas e certificadas pela Fundação Cultural Palmares (FCP), num esforço para tentar garantir que tais violações não ocorram durante o período de pandemia.

As reintegrações de posse, em sua grande maioria, atendem aos interesses de grandes empreendimentos, fazendeiros e até mesmo políticos que, historicamente, investem contra as terras de trabalhadores/as rurais, quilombolas e indígenas. São ações que visam o lucro com base na exploração dos recursos naturais desses territórios, violando direitos desses povos. Diante desse cenário, a priorização de propostas que impeçam essas violações de direitos, em meio à pandemia

do novo coronavírus, é o que se espera do Congresso Nacional a fim de não agravar ainda mais as condições de vida e sobrevivências dessas populações.

Paralisação da Reforma Agrária e os Despejos

No campo, os interesses ligados ao agronegócio, à mineração e à implantação de infraestrutura dos grandes projetos passaram a ser prioridade do governo. Perdão de dívida dos ruralistas, aumento de crédito para o setor, liberação de agrotóxicos, alteração de limites e extinção de áreas de proteção ambiental, aprovação de novas regras de regularização fundiária e exploração econômica predatória em terras indígenas passaram a ser prioridade do governo.

Nesse contexto destacamos algumas áreas de ocupação com liminares ou sentenças de reintegração de posse, onde as famílias estejam ameaçadas de serem desalojadas. Essas comunidades de camponeses desenvolveram relações sociais, econômicas e políticas com o entorno, além de edificar moradias, viabilizar produção de alimentos, cooperação e organização familiar do trabalho na terra. Ainda, há conquista de diversas políticas públicas, como escolas, unidades de saúde, energia elétrica e, sobretudo, as políticas de comercialização da produção, como o Programa de Alimentação Escolar.

O direito à moradia e o direito à saúde pública são negados para milhões de brasileiros. É inaceitável que em plena pandemia continue acontecendo remoções, despejos e reintegrações de posse por todo o país, afetando o povo mais pobre, especialmente os moradores de cortiços, favelas, bairros precários, periferias e assentamentos informais, colocando nas ruas milhares de famílias, quando a recomendação é ficar em casa. Como ficar em casa se não se tem casa? Como ficar em casa se o próprio Estado, que deveria garantir direitos, age em prol dos despejos? Qual a resposta do Governo Federal à questão da habitação, visto que o Programa Minha Casa Minha Faixa 1, voltado à baixa renda, está sendo desmantelado desde antes dessa grave crise.

Na Câmara dos Deputados, já tramita sob regime de urgência o Projeto de Lei nº 1975/2020, apensado ao PL nº 827/2020, que suspende por 90 dias a execução das ordens de despejo em territórios urbanos e rurais. Além da questão do despejo, é necessário discutir a suspensão das reintegrações de posse que está incluída em outros

Projetos de Lei apensados a este. Assim sendo, é de extrema urgência que se coloquem na Ordem do Dia o PL nº 827/2020. O Congresso Nacional também deve ter a tarefa de colocar em votação a derrubada do Veto-Presidencial ao Artigo 9 do Projeto de Lei nº 1179/2020, que impedia ações de despejo durante a pandemia.

Diante do exposto, as duas Frentes Parlamentares e a Comissão de Direitos Humanos, defendem que o Congresso Nacional aprove proposições que assegurem, durante a vigência do decreto de

calamidade pública, que as pessoas não sejam despejadas, dos imóveis privados ou públicos, urbanos ou rurais, que sirvam para moradia ou sejam tornados produtivos pelo trabalho individual ou familiar.

Brasília, 05 de agosto de 2020.

- Aliança Internacional de Habitantes - AIH
- Articulação no Semiárido Brasileiro - ASA;
- Associação Nacional de Agroecologia - ANA;
- Central dos Movimentos Populares - CMP;
- Centro de Direitos Econômicos e Sociais - CDESES;
- Coalizao Internacional do Habitat America Latina;
- Conselho Indigenista Missionário - CIMI
- Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas - CONAQ;
- Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil - CONTRAF
- Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares - CONTAG;
- Confederação Nacional das Associações de Moradores - CONAM;
- Forum Nacional da Reforma Urbana - FNRU
- Frente Nacional em Defesa das Organizações da Sociedade Civil - OSC
- Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar;
- Habitat para Humanidades;
- Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)
- Movimento Comunitário Trabalhista - MCT;
- Movimento Camponês Popular - MCP;
- Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas - MLB;
- Movimento das Mulheres Camponesas - MMA.
- Movimento Nacional de Luta por Moradia - MNLM;
- Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA;
- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST;
- Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto - MTST
- Movimento das Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos - MTD;
- União Nacional por Moradia Popular - UNMP
- Comissão Pastoral da Terra - CPT
- Movimento de Mulheres Camponesas - MMC
- Articulação dos Povos Indígenas do Brasil - APIB
- Terra de Direitos